



**CAMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
DA AMAZÔNIA  
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
(Do Sr. Pauderney Avelino)**

Solicita realização de Audiência Pública para debater as razões do não cumprimento do reajuste devido aos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos arts. 24, VII, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em Audiência Pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, **Ivan Ramalho**, o Senhor Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, **Tarcisio Godoy**, o Senhor Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, **Sergio Mendonça**, e o Senhor Presidente do Sindicato dos Funcionários da SUFRAMA – SINDFRAMA, **Anderson Guimarães Belchior Ramos**, para que sejam elucidadas as razões que levaram o governo federal a não confirmar reajuste proposto para os funcionários da SUFRAMA, contrapondo acordo e previsão orçamentária.



## JUSTIFICATIVA

Em audiência pública realizada no ano passado com os parlamentares amazonenses, o Sindicato dos Funcionários da SUFRAMA relatou a total falta de interesse e o descaso do Governo Federal frente à crítica situação pecuniária enfrentada pela categoria.

Em fevereiro de 2014, os servidores da SUFRAMA iniciaram uma greve, acompanhada pelos parlamentares amazonenses, que durou 47 dias e gerou prejuízo de aproximadamente 3 bilhões de reais à indústria e comércio dos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Para por fim à greve, o Governo Federal (por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão) firmou acordo, em 8/4/2014, com os servidores para que, em 210 dias, mediante a formação de um Grupo de Trabalho, fosse resolvido em definitivo o problema da carreira dos servidores.

Na primeira reunião do Grupo de Trabalho (21 de maio), o Governo Federal solicitou que os servidores apresentassem estudo e proposta para a criação da carreira e remuneração, o que foi apresentado em 16 julho de 2014.

Durante a segunda reunião do Grupo de Trabalho, o Ministério do Planejamento informou que estudaria a proposta e apresentaria alterações para que uma minuta de Medida Provisória fosse encaminhada à Casa Civil. Nessa reunião, o próprio Ministério do Planejamento informou que o **estudo e a proposta eram de excelência técnica e que não havia modificações substanciais a fazer**. Apontando ainda que os servidores, no exercício de suas atribuições, possuem elevado grau de responsabilidade e complexidade, dados o caráter peculiar e a natureza das atribuições que a SUFRAMA deve desempenhar na Amazônia Ocidental. Ou seja, os cargos são desempenhados em áreas tão diversas como complexas, mostrando uma singularidade na Administração Pública.

Ocorre que, **supreendentemente**, após a entrega do estudo e proposta, as reuniões subsequentes não ocorreram, sendo marcadas e adiadas numerosas vezes.



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

Diante do descaso, os servidores organizaram uma manifestação dia 22/10/2014, paralisando as atividades durante toda a manhã. O prazo final para o cumprimento do acordo (210 dias) chegou ao fim no último dia 4 de novembro, sem que qualquer resposta fosse encaminhada aos servidores, quando o então Superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira, foi a público noticiar este descumprimento, o que o forçou a deixar seu cargo a disposição do Governo Federal.

Por diversas vezes, o então Superintendente da SUFRAMA informou que esta reestruturação caberia perfeitamente no orçamento do órgão, uma vez que sua arrecadação é elevada e que a reestruturação é consequência da prorrogação por 50 (cinquenta) anos da ZFM, aprovada nesta Casa Legislativa.

Vale ressaltar que a última reunião ocorreu dia 21/11/2014, no Ministério do Planejamento, quando foram negados, cabalmente, todos os pedidos dos servidores e, para acirrar os ânimos, o Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento declarou que a SUFRAMA, constantemente, surgira nas páginas policiais. Para a surpresa dos representantes da categoria, afirmou, ainda, que o órgão precisa de uma "modernização", sem explicar o que seria esta modernização.

A título de informação, a SUFRAMA trabalha em seis grandes áreas, todas voltadas ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Gestão de Incentivos Fiscais para o Comércio e a Indústria, Projetos de Implementação e Desenvolvimento de Indústrias, Projeto Produtivo Básico, Projetos Agropecuários, Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (P&D), Comércio Exterior e Desenvolvimento Regional. Suas ações são de grande relevância para o setor produtivo regional de uma área que requer especial atenção do Governo Federal, haja vista suas peculiaridades no tocante ao potencial econômico e às dificuldades enfrentadas por seus habitantes.

Por não terem sido honrados os compromissos firmados, o Congresso Nacional decidiu, de forma soberana, incluir na Medida Provisória 660/2014 o plano de carreira dos servidores da SUFRAMA, que acabou vetado pela Presidência da República em 08 de maio de 2015.



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

Nesses termos, solicito a realização de Audiência Pública com a presença dos dirigentes dos órgãos federais responsáveis pelos acordos firmados e inexplicavelmente não honrados e com a presença dos dirigentes sindicais da categoria.

Sala da Comissão, em        de        de 2015.

**PAUDERNEY AVELINO**

Deputado Federal

DEM/AM